

## **A DISCIPLINA TRABALHO-EDUCAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO**

Ana Paula Santos **Guimarães** – UFRJ

### **Resumo**

O presente trabalho tem por proposição identificar e refletir como as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro organizam em suas grades curriculares, do curso de Pedagogia, o debate da discussão de Trabalho-Educação. Discutir os rumos, as concepções e as fundamentações teóricas desta disciplina, bem como verificar suas contribuições nessa formação são eixos fundamentais nos quais atrelamos nossa problemática de estudo. Tomando por pressuposto a conceituação teórico-metodológica presente em Gramsci (1974), apresentamos essa pesquisa desenvolvida pela historiografia iniciando-se uma análise sucinta do curso de Pedagogia e da Disciplina Trabalho-Educação para responder às inquietações na formação em Pedagogia, e como ela foi se instituindo nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Utilizamos um questionário semiestruturado aplicado aos docentes dessas universidades e uma análise documental das ementas dessa disciplina. Desse modo, de um lado apresentamos sucintamente o curso de Pedagogia e, de outro, elementos para analisar o horizonte conceitual e a fundamentação teórica necessária na formação do pedagogo na perspectiva da área Trabalho-Educação.

**Palavras-chave:** Trabalho-Educação, DCN, Curso de Pedagogia.

## **A DISCIPLINA TRABALHO-EDUCAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO**

A partir da Resolução CNE/CP nº 1/2006 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para o curso de Pedagogia) propusemos este estudo a fim de perceber

como as orientações anteriores para a graduação em Pedagogia e a atual DCN têm refletido ao longo do processo histórico a temática do trabalho e como as universidades públicas do Rio de Janeiro têm organizado sua proposta curricular nesse debate.

Tomamos por pressuposto a conceituação teórico-metodológica presente em Gramsci (1974) e apresentamos essa pesquisa desenvolvida pela historiografia iniciando-se análise dos anos de 1930 e conduzindo aos dias atuais, de modo sucinto, para responder às inquietações na formação em Pedagogia e como ela foi se instituindo nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Utilizamos ainda o questionário semiestruturado aplicado aos docentes dessas universidades e análise documental das ementas dessa disciplina, na tentativa de compreensão de como se dá esse processo de institucionalização nessas universidades, em intervalos de tempo do ano de 2008 e 2014.

Consideramos que a produção em Marx e Engels e a tradição marxista oferecem fundamentos para a compreensão da formação humana e esta no curso de Pedagogia, considerando a formação emancipatória e as críticas necessárias às concepções presentes na sociedade capitalista, e, por exemplo, nas políticas públicas de ensino superior, tais como as DCN.

A partir do ano de 1981, a relação entre a formação humana e o trabalho vem sendo debatida de forma mais explícita nos espaços acadêmicos – principalmente nos programas de pós-graduações das universidades brasileiras, mediante observação dos trabalhos disponibilizados no Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Como nos mostra o debate atrelado à reestruturação produtiva, o sistema capitalista se estrutura numa linha de construção e manutenção de uma hegemonia burguesa, que mediante estes promove desigualdades em todas as esferas constituintes da nossa sociedade. Nesse contexto a classe trabalhadora tem participação primordial e imprescindível no cenário burguês na busca por instrumentos que promovam mudanças para a classe desfavorecida.

Como oposição e aproveitando as crises cíclicas do sistema capitalista, na década de 1980 é formado o grupo de trabalho Educação e Trabalho, inicialmente;

todavia, posteriormente é mudado para Trabalho e Educação. O Grupo de Trabalho Trabalho e Educação (GTTE) da Associação Nacional de Pós-Graduação – ANPED constituiu-se a fim de tomar o conhecimento das relações de trabalho e da educação como práxis transformadora e emancipatória para almejar a superação do capitalismo através da construção de sujeitos conscientes, críticos e reflexivos do paradigma social vigente.

Dessa maneira, é importantíssima uma articulação local das áreas de conhecimento do trabalho basilar de Marx, e não a concepção e definição comum da burguesia nacional e internacional. É o princípio educativo que tomamos por base para fomentar e formular uma proposta pedagógica emancipatória que se contraponha à atual e, para tanto, recorreremos ao materialismo histórico e sua dialética com a vida nessa sociedade, de modo a discutir suas configurações nos processos pedagógicos dos espaços escolares e não escolares nas políticas públicas de formação em Pedagogia e/ou na prática pedagógica desse profissional de educação.

Reivindicamos que o trabalho não pode ser entendido simplesmente na lógica da mercadoria instaurada através do debate ideológico da competição, empregabilidade e individualismo. E nesta mesma lógica questionamos como a categoria trabalho tem sido marginalizada nos currículos de Pedagogia, nas DCN.

O Estado, ao assumir a ideologia primeiramente liberal para atualmente estar no modelo neoliberal, faz repercutir, no âmbito das questões educacionais, os interesses da classe dominante no país. E desse modo, a reorganização do ensino superior desenvolve-se na lógica da produção capitalista, expandindo a caracterização da mercantilização da educação superior.

O curso de Pedagogia aparece na conjuntura brasileira, nos anos de 1930, com o objetivo de instituir a formação técnica em educação e licenciados para os ensinos primários e secundários. A partir de então é estruturado o “esquema 3+1” que foi alicerçado no Decreto-Lei nº. 1.190/1939.

Nesse sentido, o caminho percorrido do “esquema 3+1” formava, no bacharelado, o profissional técnico em educação com a função não delineada e, na

licenciatura, o profissional de educação para atuar nas disciplinas pedagógicas do Curso Normal nos Institutos de Educação e nos ensinos primários e secundários.

A atual DCN busca o rompimento das habilitações. O artigo 3º da Resolução nº 1/2006 caracteriza as atribuições desse profissional em formação como:

**O estudante de Pedagogia** trabalhará com **um repertório de informações e habilidades** composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada **no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.**

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania.

II – a pesquisa, a análise e aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

(BRASIL, 2006, grifos nossos)

A temática do trabalho abordado nas DCN não continua nos moldes do mercado? Acordamos com a análise de um dos professores participantes de nossa pesquisa quando discorre que:

*O tema trabalho tem uma participação marginalizada nos currículos de Pedagogia, nas DCN e nos PCN. As políticas e diretrizes estão impregnadas das noções de habilidades, competências, empregabilidade, teoria do capital humano. A pedagogia é hoje hegemônica pelo culturalismo, pela pós-modernidade, negação dos paradigmas, pelo fim das ideologias, e visão liberal de indivíduo e de sociedade. Forma*

*sujeitos para o mercado, e não para vida social. Para a produção, e não para a cidadania plena. O materialismo histórico e sua crítica radical ao capitalismo são vistos como teoria fora da realidade, e superados pela democracia de mercado.*

Deste modo, procura-se tensionar a problematização dos profissionais de Pedagogia para a discussão crítica de dominação total do trabalho de uma minoria burguesa hegemônica e suas implicações na vida numa sociedade marginalizada, travando o debate por meio dos seguintes questionamentos: Como são criadas as políticas de formação do Ensino Superior e desse profissional? Como tal profissional pretende atuar após sua formação, tendo sua concepção filosófica construída num processo acrítico ou crítico-reflexivo? Esse(a) pedagogo(a) cumprirá o que o capital nacional e internacional orientar ou procurará discutir e entender o processo de instauração das Políticas Públicas da educação mediante uma ação-reflexão-ação da conjuntura presente e posterior? Como é o processo institucional dos departamentos dessa graduação, quais são correntes políticas? Qual o debate de trabalho inserido nas DCN? Diante destas inquietações, busca-se, através deste, trazer algumas análises.

Karl Marx (2008) apresenta-nos o referencial basilar para apreender a abordagem sobre os princípios ontológicos do ser social:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, p. 211, 2008.)

A partir do entendimento do trabalho como princípio educativo percebemos, pelo que traçamos até aqui, que desde os anos de 1939, quando o curso de Pedagogia se

inicia, a questão da relação Trabalho-Educação sempre esteve inserida na grade curricular da formação dos pedagogos. Entretanto, o que se diferenciava nesta discussão eram as concepções filosóficas quanto à centralidade do trabalho ou seu fim.

De um lado, ao percorrer o diálogo acerca da centralidade do trabalho, intencionamos compreender o trabalho nos princípios marxistas e alicerçado no processo histórico como sugere a vertente gramsciana. Princípios esses que discorrem sobre as desigualdades sociais, políticas, culturais, econômicas e educacionais, geradas por uma minoria, considerada burguesia; esta se ancora no sistema capitalista, para explorar o homem e destituí-lo de uma formação em sociedade que o crie e recrie, enquanto ser que modifica a natureza e, ao fazê-lo, modifica a si mesmo nesse processo de ensino-aprendizagem através do princípio educativo, que é o trabalho.

Por outro lado, o fim do trabalho ou perda de sua centralidade reduz a discussão do mesmo como mera empregabilidade. Discutir acerca dessa concepção leva-nos a alienação, pois continuar tal discurso vem a respaldar ainda mais a hegemonia vigente que a utiliza nas reformulações de ensino até os dias de hoje em nossa sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL (gov.) Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP N° 1 de 15 de Maio de 2006. In: **Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de Maio de 2006, Seção I, p. 11.**

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de Lei da Educação Superior. Brasília, Jul, 2005.

CARVALHO, José Henrique (org.). **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FÁVERO, O (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP/MEC, 1991.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. RJ: Civilização Brasileira, 25ª ed. V. I e II, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. In: Os pensadores. SP: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. & ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na Transformação do macaco em homem**. In: MARX, K. & ENGELS, F. *MARX*. SP: Edições Sociais, s/d. V.I

MANARCORDA. Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2013.

MANCEBO, Deise. **Reforma Universitária: Reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Especial - Out. 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (Coord.). **Pedagogia, Ciência da Educação?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O pedagogo na escola pública**. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de educação. Vol. 12. Nº 34. Rio de Janeiro. Jan./Abr. 2007

SHIROMA, Eneida & CAMPOS, Roselane F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. Educação e Sociedade, Campinas, SP, ano XVII, nº 61, p. 13-35, dez, 1997.